

Conciliação, a arma para superar dificuldades econômicas

LUIS EULÁLIO VIDIGAL

O primeiro desafio da Nova República foi vencido: a passagem de um regime para outro ocorreu sem traumas ou ressentimentos. A Nação está inteira, unida e confiante no futuro.

Essa vitória política cresce em importância, diante do fato que foi obtida em condições trágicas, já que concretizada durante a enfermidade do presidente eleito Tancredo Neves.

Passado o triste episódio da sua morte, o tempo já está comprovando que as instituições políticas amadureceram, sob o legado do presidente extinto. E inegável que o espírito de conciliação marca a herança deixada pelo organizador dessa nova fase do País.

É nesse clima que o presidente José Sarney começa a governar agora de fato, conforme ficou bastante claro em seu discurso ao Ministério, na última semana.

Passado o período em que a Nação praticamente paralisou sua atividade administrativa, em face do insólito acontecimento, a sociedade como um todo vê-se diante dos mesmos e graves problemas: a dívida externa; inflação; taxa de juros; estatização; e um reaquecimento da economia, não tão forte quanto se esperava.

Só nos resta trabalhar, trabalhar duro. Se temos a conciliação ela pode nos levar a todos a um pacto. Só assim, enfrentaremos com sucesso as dificuldades econômicas.



LUIZ EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL FILHO é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Já há um certo consenso da Nação com relação às grandes questões que afligem a todos. Esse enfoque comum deve facilitar a cimentação desse pacto.

Fica claro, por exemplo, que o problema da dívida externa deve ser equacionado sob o império da soberania nacional. Temos de pagar a dívida, sem que, para tanto, sejamos obrigados a renunciar aos princípios básicos que balizam a nacionalidade.

Outro ponto comum: é impossível conviver com uma inflação nos níveis registrados nos últimos anos. As críticas são unâmes. E localizam uma das principais causas na ineficiência da máquina do Estado.

Nesse ponto, surge outro grande desafio: conciliar um firme combate à inflação com a necessidade de crescimento. Assim, as armas não devem ser ortodoxas, já que elas impediriam a expansão econômica.

Tenho a absoluta certeza — nesse esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade — de que não poderemos renunciar a posições que preservam a identidade brasileira em todos os campos. Deveremos seguir um compromisso que, na palavra de Tancredo Neves, é da "institucionalização da vida brasileira, de retomada do crescimento, de combate à inflação, de austeridade, de revogação da dívida social que o crescimento desordenado, a dívida interna e a dívida externa fizeram o Estado contrair com os mais humildes e necessitados".

Também está claro que o pacto social que for firmado deverá presupor o fortalecimento da livre iniciativa.

Essa é uma questão básica para a classe empresarial. Não defendo privilégios. Acredito firmemente que o regime da livre iniciativa é a melhor forma política de buscar o desenvolvimento, gerando riquezas, criando empregos e bem-estar. Assim, a liberdade de empreender é o melhor antídoto à desordenada expansão do Estado.

A queda dos juros é outro pressuposto. Em documento encaminhando a Tancredo Neves por lide-
ranças empresariais, antes da data da posse, firmamos posição nesse sentido: "A taxa de juros reais atingiu níveis absurdos, ela prejudica diariamente a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional e torna genuíno ato de fé as decisões de investi-

mento. Uma política agressiva para reduzir, a curto prazo, a taxa de juros é imperiosa".

Outra condição necessária para a celebração de um pacto no sentido da solução dos problemas econômicos é o compromisso com a austeridade. Na verdade, nenhuma renúncia poderá ser exigida da sociedade se o Estado, em todos seus níveis, não for austero em relação a seus gastos.

O recente pronunciamento do presidente José Sarney garante-nos uma expectativa otimista. E, após as colocações do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles, em seu depoimento na Câmara dos Deputados, fica quase que a certeza de que aqueles problemas serão atacados, através da conjugação de medidas que nos parecem suficientes para ajustar a economia brasileira.

Lembro apenas que o Governo vai encontrar dificuldades na execução do programa anunciado. Para a concretização de seus objetivos, o Executivo terá de contar com a colaboração do Congresso. Arrisco a afirmar que o sucesso desse programa de contenção de gastos e combate à inflação, conjugado com a manutenção de um nível de crescimento econômico, dependerá do apoio dos políticos.

O Governo conta com o voto de confiança da sociedade. Agora, ele precisará conquistar a credibilidade, algo que se alcançará apenas pelos resultados que o programa traçado obtiver.